

MAIA NETO, José Raimundo. O Ceticismo na Obra de Machado de Assis. São Paulo: Annablume, 2007, 198 p. ISBN 978-85-7419-739-5

Em seu livro *The Morality of Happiness*, Julia Annas observa que, tendo a reflexão ético-filosófica moderna abandonado a questão prática fundamental – “Como devo viver?” –, uma grande parte da literatura moderna e da psicologia originou-se da necessidade de se formular respostas a esta questão, que se impõe imperiosamente à existência humana. Desta forma, o modo como as pessoas refletem sobre suas vidas, problemas, conflitos e objetivos tornou-se tema privilegiado da ficção literária e da mirada psicológica.

Em nossa época de impressionantes transformações no modo humano de ser-no-mundo, a pergunta pela melhor maneira de viver, que traduz o cerne do problema ético da auto-realização, tornou-se dramaticamente urgente e, ao mesmo tempo, de difícil resposta. Sensível a esta situação, a filosofia contemporânea tem procurado de diversas formas recuperar a sua dimensão terapêutica perdida. Uma delas é a problemática tentação de ignorar a transmissão histórica da tarefa psicoterapêutica à psicologia e temerariamente arvorar-se em discurso clínico, elidindo a experiência psicológica e

psiquiátrica acumulada em mais de um século de confronto com os problemas humanos profundos. Mais promissora é a rememoração da *vita philosophica* praticada especialmente na Antigüidade, em que a filosofia como modo de vida exibe cristalinamente sua relevância existencial, desaguando esta *Erinnerung* com frequência na interlocução com a literatura e com a psicologia, em reconhecimento honesto da situação histórica aludida por Julia Annas.

Se bem que não diretamente inscrito neste movimento, o excelente estudo intitulado *O Ceticismo na Obra de Machado de Assis*, assinado por José Raimundo Maia Neto e publicado pela Editora Annablume, pode ser em boa medida apontado como exemplo dos bons resultados a que a segunda postura aludida anteriormente pode chegar. A contribuição que o ensaio de Maia Neto representa para os estudos machadianos é indiscutível, tendo sido reconhecida e apontada por eminentes especialistas do campo. Porém, mais do que uma obra voltada exclusivamente para um setor especializado do mundo acadêmico, a fecundidade potencial que envolve o diálogo entre filosofia e literatura desenvolve-se aqui em um texto cuja leitura tem seguramente uma dimensão genuinamente psicoterapêutica. Por debruçar-se sobre textos ficcionais

de extraordinária densidade existencial, com personagens que encarnam conflitos e sofrimentos humanos fundamentais, a análise empreendida por José Raimundo Maia Neto do universo machadiano consegue haurir essa riqueza que o bruxo de Cosme Velho, excepcional conhecedor da alma humana, legou à literatura universal. O resultado é que, ao trazer criteriosamente à tona a gestação, evolução e amadurecimento da posição cética em Machado de Assis, Maia Neto nos proporciona ao mesmo tempo uma belíssima ilustração da dimensão prática do ceticismo, marcando posição na querela acerca da viabilidade do ceticismo como modo concreto de vida. Por isso, não seria exagerado conceder que o livro de Maia Neto absorve da ficção machadiana a potência terapêutica, resultante do tratamento dos dilaceramentos da condição humana que afetam seus personagens maiores – Brás Cubas, Bentinho/Dom Casmurro, o Conselheiro Aires –, e a reivindica para o ceticismo, demonstrando precisamente a sua viabilidade existencial mais ampla.

O denominador comum que subjaz ao sofrimento dos personagens machadianos retomados por Maia Neto pode ser resumido na situação de descompasso com o mundo social, experimentado como fonte de ilusões nocivas, por sua vez geradoras de sofrimento. Os “personagens problemáticos” da primeira fase da ficção machadiana, precursores dos personagens céticos da segunda fase, buscam na “paz doméstica” a saída para seus problemas. Quando esta fracassa, especialmente pela dolorosa experiência da decepção amorosa, da infidelidade e da traição, abrem-se-lhes três possibilidades: a loucura, o suicídio, ou uma radical atopia e isolamento social. Este fracasso, sempre de alguma forma vinculado a algum tipo de atitude “dogmática”, abre as portas para o desenvolvimento gra-

dual da atitude cética nos personagens da segunda fase machadiana. Assim, o ceticismo plenamente desenvolvido e vivido concretamente seria a cura para os sofrimentos e os dilemas que se encarnam nessa linha evolutiva dos personagens de Machado de Assis.

Pode-se questionar a proposta cética de uma vida desinteressada, apática – no sentido clássico de não perturbada por paixões –, na verdade sem envolvimento com o mundo naquelas situações que são fonte de sofrimento e perturbação. O leitor poderá sentir-se decepcionado com a ataraxia conquistada pelo Conselheiro Aires – indicado por Maia Neto como o exemplo consumado da postura cética plenamente desenvolvida em Machado de Assis. A atitude contemplativa estético-cognitiva de Aires poderá parecer-lhe na verdade exangue demais, e mesmo, por fim, sem sentido. Outras articulações possíveis do ceticismo poderão eventualmente soar mais humanas – como, por exemplo, o ceticismo cristão de um Pascal, ingrediente presente na formação do próprio Machado de Assis. Mas o que não pode ser contestado é o fato de que o alegado pirronismo de Aires efetivamente consegue apontar uma via de superação da torturante experiência do sofrimento, que acompanha a condição humana desde sempre, e que solicitou na Antiguidade os esforços da razão filosófica, constituindo-se a sua superação como um dos objetivos assumidos pela vida filosófica de então.

As soluções propostas pelas escolas de sabedoria filosófica antigas evidentemente não podem se aplicar, sem mais, à situação humana vigente na sociedade da fase pós-industrial da Idade da Técnica. No entanto, algumas semelhanças estruturais entre dois contextos tão diferentes justificam o sucesso que estoicismo, epicurismo e ce-

ticismo vêm conhecendo no cenário contemporâneo, também marcado pela crise de adesão e significação das respostas religiosas tradicionais. Em especial a situação desfavorável do indivíduo face ao todo social que tende a absorvê-lo em seus mecanismos impessoais, retirando-lhe autonomia e capacidade de construção de sua própria eudaimonia, situação de que surgiu a decisiva motivação para as escolas de sabedoria no mundo helenístico, ressurge com intensidade exponencial na contemporânea sociedade de massas. Da mesma forma, e na mesma linha, o estranhamento entre o sujeito e o mundo social, tão característico dos personagens problemáticos de Machado de Assis, exemplarmente apresentados no estudo de Maia Neto, encontra ressonância profunda na experiência de boa parte dos indivíduos submetidos às condições impostas à existência humana vigentes na Idade da Técnica. Eis o que empresta relevância existencial e profunda atualidade à ilustração da resposta cética machadiana, desentranhada com maestria por Maia Neto. Alie-se a isso a introdução de outro tema de igual universalidade – a decepção amorosa como fonte de sofrimento e infelicidade – e teremos o contexto existencial que torna atraente a

leitura e a reflexão sobre a ficção machadiana em sua elucidação filosófica por José Raimundo Maia Neto.

Quando o verdadeiro dilúvio de publicações no campo da filosofia se faz acompanhar por desagradável suspeita e incerteza quanto à relevância das mesmas, é com prazer que podemos recomendar com segurança a leitura de *O Ceticismo na Obra de Machado de Assis*. José Raimundo Maia Neto, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, já conquistou reconhecimento e respeito na comunidade acadêmica brasileira e internacional como grande estudioso da tradição cética, e em especial do ceticismo moderno. O livro que ora ganha versão em português deriva de sua dissertação de mestrado em filosofia e foi originalmente publicado em inglês (Machado de Assis, *the Brazilian Pyrrhonian*, Purdue University Press, 1994), representando sem sombra de dúvida – que nos seja aqui perdoada a expressão não-cética – uma contribuição relevante que enriquece o acervo de publicações brasileiras na área da filosofia.

Marco Heleno Barreto
FAJE - BH

HEBECHE, L. O escândalo de Cristo: ensaio sobre Heidegger e São Paulo. Ijuí, RS: Ed Unijuí, 2005, 432 p.

Hebeche pretende em seu ensaio *O Escândalo de Cristo* retomar a recepção do jovem Heidegger da experiência da vida fática da fé cristã expressa nas cartas do apóstolo Paulo – preleção do semestre de inverno 1920-21, *Einleitung in die Phänomenologie der Religion* [Introdução à fenomenologia da religião] –, sem se deter apenas na

recepção fenomenológica, mas introduzindo a versão nomeada pelo autor de “gramática da faticidade”. Heidegger, sob influência do jovem Lutero, que por sua vez interpreta na esteira da “teologia existencial” de Agostinho, preocupa-se em libertar a experiência fática que antecede a teoria generalizadora e encobridora da pregação do Cristo crucificado que é escândalo para os judeus e loucura para os gregos.

Para Heidegger, o sentido da vida de Paulo está nas atribuições da sua mis-

são, na sua expectativa do Advento de Cristo e, portanto, que o fenômeno da proclamação expressa uma nova experiência da temporalidade, cujo caráter de incompletude da existência é destacado. A linguagem da proclamação mantém-se na intensidade das palavras afetivas que não podem ser entendidas de uma perspectiva externa, como as teologias. A forma e o conteúdo da proclamação estão concebidos no “como” da proclamação. A dificuldade que Hebeche encontra é Heidegger não ter considerado que a diversidade da vida fática já está expressa na complexidade da linguagem, caindo com isso no solipsismo existencial do Dasein.

A proposta do livro é deixar a vivência fenomenal privada em favor da vivência da significação das palavras na linguagem pública. Afirma, dessa forma, a semelhança de projetos entre o jovem Heidegger contra a reificação dos fenômenos da vida fática e do segundo Wittgenstein contra a degeneração da gramática. Assim, Hebeche privilegia um componente na filosofia heideggeriana dos anos 20, em contraposição ao seu crescente afastamento da experiência religiosa do tornar-se cristão, onde afirma haver confusão da teologia com a metafísica – a morte de Deus com a morte da metafísica, o último Deus com o totalmente Outro diante de todos os que já existiram, principalmente o cristão. A oposição fenomenológica entre a experiência da vida fática e a lógica do objeto transformar-se-á na oposição entre a gramática da faticidade e a lógica da informação.

A figura Christi torna-se o tribunal do mundo, uma vez que nela coincide a sucessão da História e a sua verdade supratemporal. Hebeche critica a noção de mimésis, na tematização da figura Christi, num esforço para acessar, em nossa complicada forma de vida, a exe-

cução do tornar-se cristão como uma tensão que se antecipa a qualquer objetivação. Para isso divide seu trabalho em duas vias:

1) A recepção-apropriação fenomenológica existencial do jovem Heidegger das Cartas aos Tessalonicenses; onde se ocupa com a expectativa da parusia, em que o futuro conflagra o presente. No cristianismo a vida feliz é apenas promessa e expectativa, que só será efetivada na eternidade e, portanto, a vida humana neste mundo é uma experiência inacabada. Também é tratado o problema escatológico da chegada do Anticristo na segunda carta. Paulo mostra que não há data certa para a parousia, mas há apenas sinais dela que, basicamente, são apostasia e a aparição do Anticristo.

2) A recepção-apropriação da Carta aos Gálatas, nos termos de sua gramática da faticidade, que pretende corrigir as dificuldades de Heidegger originadas na sua concepção monocêntrica da situação. A Carta aos Gálatas expressa a luta de Paulo entre fé (Glaube) e a lei (Gesetz), que não é travada apenas consigo mesmo, na situação de missionário, mas também contra os judeus e os judeus-cristãos de Jerusalém, como Pedro, o discípulo dileto, e Tiago, o irmão do Senhor.

O breve trecho do curso Fenomenologia da vida religiosa dedicado à Carta aos Gálatas serve como indicação para interpretação. De acordo com Hebeche, a luta de Paulo torna-se acessível a partir da luta de Heidegger contra a reificação da linguagem da proclamação. Essa tensão também faz parte da liberdade cristã. A anterioridade da gramática não é um apoio, mas a execução da linguagem, o que marca uma proximidade com o propósito de Heidegger. O que os “descabeçados” gálatas perderam não foi uma forma

fixa de referência, mas a experiência da fé que, aliás, está em suspensão e, por isso mesmo, pode ser perdida e recuperada.

A lei não é superada, mas simplesmente abolida. Esse é o caráter da antropologia cristã expressa em Lutero, Kierkegaard, Pascal, Paulo e Agostinho, de que Heidegger se apropriou, mas não tematizou suficientemente, embora tenha, de acordo com o autor, através de Wittgenstein, apontado o caminho para uma “gramática da faticidade” (p. 261), isto é, a tentativa de regredir ao ponto de partida, ao solo áspero que constitui a nossa complicada forma de vida. Heidegger, assim, rejeita o esvaziamento da vida fática no universal-histórico, mas, segundo Hebeche, erroneamente, mantém-na nos limites do particular, concebendo monocentricamente o mundo de Paulo, como o Dasein.

Dessa maneira, o sentido do conceito de ser encontra-se em sua execução na linguagem fática; e, na gramática da faticidade, ele não é, ontologicamente, mais relevante do que qualquer outro conceito. O significado dessa tensão existencial encontra-se no entrelaço entre a gramática e a lógica da informação. A compreensão gramatical nada tem a ver com processos mentais, pois é a habilidade de lidar com os mais diversos aspectos da linguagem. Com isso, a gramática da faticidade afasta-se da fenomenologia existencial.

Hebeche conclui que o curso sobre fenomenologia da vida religiosa de Heidegger, bem como todo seu pensamento dos anos 20, esteve comprometido com uma posição monocêntrica herdada da tradição que procurou destruir. Assim, pretendeu “recolocar a hermenêutica do Dasein nos termos da gramática da faticidade; desse modo, a

dramaturgia da experiência fática da religião cristã deixa de ser um assunto privado de cada homem em situação própria para ser entendida como proclamação pública” (p. 309).

A ilusão solipsista existencial surge do mesmo modelo em que a linguagem é concebida como algo externo. A principal dificuldade de Heidegger é conceber a linguagem como um fenômeno em meio aos fenômenos vitais, não encontrando a conexão (Anschluss) entre os fenômenos religiosos originários e a sua expressão lingüística nas cartas paulinas (cf. p. 311). Em Ser e Tempo, a faticidade fará parte do ser do Dasein (Cura) e a linguagem da cotidianidade tornar-se-á inautêntica ou imprópria. Mas, para o autor, a compreensão é a execução pública da linguagem da proclamação, sendo possível apenas como gramática da faticidade.

É ilusão opor processos mentais internos a eventos externos. Em Ser e tempo Heidegger evita essa dificuldade tratando o fenômeno da “compreensão” como modo do Dasein lidar com instrumentos, mas a desconstrução dessa ilusão só ocorre com Wittgenstein. Citando Hebeche:

“A rigor, as cartas paulinas não têm seu sentido pela leitura se aí estiver envolvido um processo mental privado, ao contrário, a proclamação paulina está na execução pública das palavras. Enquanto as palavras do apóstolo tiverem a força das suas vivências da significação, então a experiência do “tornar-se cristão” continuará” (p. 313).

Carolina Blasio
UFJF

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Pragmática da Investigação Científica*. S. Paulo: Edições Loyola, 2008, 304 p.

Este livro de Luiz Henrique Dutra, professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSC, é uma coletânea de oito textos independentes sobre filosofia da ciência, mas que se complementam uns aos outros. Embora seja um livro que defende idéias complexas, sua Introdução fornece informações preciosas e muito bem organizadas sobre os objetivos, a estrutura e o conteúdo da obra. A densidade do texto, contudo, torna difícil apresentar um resumo detalhado do conteúdo de cada capítulo. Em virtude disso, preferimos oferecer uma breve síntese das idéias de Dutra, mostrando as linhas gerais de sua concepção. Para tanto, resolvemos basear-nos na proposta feita pelo próprio autor, que sugere o agrupamento dos textos que compõem o livro em três partes (p. 17-18).

Na primeira delas, formada pelos capítulos de 1 a 3, Dutra discute questões ligadas às concepções de mente, ação e linguagem de um ponto de vista pragmático e relacionando-as com problemas mais propriamente epistemológicos. No cap. 1, intitulado Representação e ação, Dutra procura mostrar que a única diferença entre a concepção semântica e internalista do conhecimento humano, baseada na noção de representação, e a concepção pragmática e externalista desse mesmo conhecimento, baseada na noção de ação, está no seguinte: enquanto a segunda pode prescindir da noção de representação e conservar apenas a de ação ou de comportamento intencional, a primeira não pode prescindir da noção externalista de regularidade do comportamento – que implica em ação (p. 48). Isso torna a noção de conhecimento como representação parasitária da noção de conhecimento como ação.

No cap. 2, intitulado Uso, regra e significado, Dutra argumenta que, de um ponto de vista heurístico, parece ser mais fácil perceber as relações entre uso, regra e significado, quando começamos o estudo pelo primeiro (p. 61). Com esse procedimento, Dutra conclui que uma regra é apenas um enunciado condicional que determina desempenho e modela nosso comportamento verbal num determinado contexto (p. 65). No que diz respeito ao significado, ele conclui que “a diferença semântica deriva de uma diferença pragmática” (p. 85). Nessa perspectiva pragmática, baseada numa análise em termos de contextos, tanto o significado extensional como o intensional são inelimináveis da prática linguística (p. 87). Assim, diferentemente da concepção tradicional, Dutra conclui que o aspecto intensional da linguagem é eminentemente pragmático e não semântico. E, do ponto de vista pragmático, qualquer discurso sobre a linguagem pertence à metalinguagem – e esse é o caso do discurso que avalia as práticas linguísticas extensionais por meio de categorias intensionais (p. 89).

No cap. 3, Intencionalidade e teleologia, Dutra apresenta uma psicologia filosófica externalista que pretende ser ao mesmo tempo empirista, intencional e teleológica. Essa psicologia se fundamenta numa abordagem nomológica, em que as relações entre padrões de conduta e seus respectivos contextos sociais seriam reproduzíveis num dado sistema social. Essas relações seriam descritas por sentenças funcionais, o que envolve uma interpretação externalista da relação teleológica ao estilo de Hume, ou seja, baseada na conjunção constante entre causa e efeito. Nessa perspectiva, podemos falar de leis psicológicas (p. 114-115). Não há diferença entre comportamento e ação, embora ainda seja possível distinguir a ação da ação racional (p. 116-117).

Na segunda parte, formada pelos capítulos de 4 a 7, Dutra trata de teorias, leis e conceitos científicos, também de um ponto de vista pragmático (p. 17). No cap. 4, Teorias e tipos de modelos, ele argumenta que as noções de teoria, de classe de modelos e de teoria como classe de axiomas derivam da noção de modelo-réplica, mais primitiva (p. 126). Por exemplo, quem faz uma cópia do 14-Bis está construindo uma representação do avião com esse nome, mas está sendo guiado pelo modelo-réplica do 14-Bis, que se distingue do avião e de sua representação ou cópia (p. 132). O modelo-réplica é a descrição de um contexto limitado, entendido como uma abstração feita a partir de contextos reais e capaz de preservar alguns elementos considerados essenciais nesses contextos. Em qualquer disciplina podemos usar esse procedimento de criar contextos abstratos, a partir dos quais valem certos enunciados nomológicos da teoria (p. 133-4). E quando construímos uma versão formalizada da teoria, temos também um modelo matemático, que pode, por sua vez, ser aplicado ao modelo-réplica (p. 134). Nem toda teoria possui um modelo matemático, mas toda teoria possui um modelo-réplica. Esse último está associado a um ponto de vista, o que não ocorre com o modelo matemático, que nos fornece apenas uma lista dos objetos pertencentes ao universo de discurso e as relações entre eles (p. 139). Em virtude disso, os modelos-réplica desempenham papel heurístico na investigação científica, mas os modelos matemáticos, não (p. 141-2). Os modelos instanciam as teorias de modo extensional, e isso não esgota os recursos conceituais das mesmas (p. 147).

No cap. 5, Leis e enunciados funcionais, Dutra discute o problema das leis científicas ou da natureza, sugerindo que elas são enunciados referentes a modelos-réplica (p. 20). Para Dutra, a

maioria das leis científicas expressa uma correlação funcional entre grandezas ou variáveis, de tal modo que essa correlação seja genérica, valha para todos os indivíduos de uma dada classe e seja necessária, ou seja, diga respeito a fenômenos reprodutíveis. Essas características descrevem o uso do termo lei em conexão com descrições de modelos-réplica e não com descrições de eventos reais (p. 166). Esse procedimento é possível porque podemos entender o que é uma lei científica independentemente de sabermos se ela é, numa perspectiva realista, uma lei da natureza. Com isso, o problema da existência ou não de leis nas ciências humanas, p. ex., é o mesmo para a física e outras disciplinas científicas, pois se reduz à questão de saber se há ou não enunciados nomológicos que descrevem modelos-réplica elaborados em cada uma dessas disciplinas (p. 167). Seguir uma lei científica possui um caráter normativo, pois equivale a reproduzir determinados fenômenos e, portanto, a reproduzir os contextos em que eles podem ser estudados (p. 178). As leis são científicas não apenas porque se referem aos fenômenos, mas também porque determinam o comportamento dos cientistas (p. 179). De acordo com essa concepção pragmática, o problema de saber se há leis nas ciências humanas está mal colocado. A questão é saber se podemos elaborar modelos-réplica nessas disciplinas. Assim, as restrições estabelecidas por Davidson e outros quanto à possibilidade de leis psicológicas, p. ex., deixam de fazer sentido. Com efeito, há programas de pesquisa em psicologia que permitem enunciados nomológicos, como a lei de proporção (*matching law*) (p. 180). Essa lei estabelece uma relação entre o tempo gasto com um comportamento e o reforço oferecido por esse comportamento, mantendo invariante o comportamento total. Dutra afirma que essa lei se ajusta tão

bem a certos contextos de ação como a lei de Boyle-Charles se ajusta a sistemas físicos envolvendo gases. Nos dois casos, os modelos elaborados permitem instâncias experimentais, embora de caráter aproximativo. Por conseguinte, a nossa resistência a tratar ambos os casos como leis científicas se deve apenas a pressupostos metafísicos, que envolvem ou uma concepção realista das leis, ou uma concepção particular dos eventos humanos como distintos dos eventos naturais (p. 181). Em todos os casos, o procedimento envolvido não é de descoberta, mas sim de construção de modelos-réplica e da descrição de seu comportamento (p. 182).

No cap. 6, intitulado Entidades, objetos e conceitos, Dutra propõe a ocorrência de enunciados nomológicos como critério para identificar as esferas de objetos tratados por uma determinada ciência. E como tais enunciados descrevem modelos-réplica, a existência desses últimos também constitui critério para identificar as esferas de objetos (p. 192). Dutra vê os enunciados científicos não como expressando verdades a respeito do mundo, mas como instrumentos metodológicos eficientes (p. 193). Na determinação da ontologia da teoria, Dutra recorre à distinção de Claude Bernard entre fatos simples – ou seja, propriedades de entidades – e fatos complexos – ou seja, fenômenos, que podem ser reduzidos a relações entre entidades. Uma entidade, é aquilo que possui propriedades. As entidades são aquilo de mais simples que a teoria pode afirmar e portanto não podem ser retratadas como fenômenos ou fatos complexos (p. 194-5). A introdução de novos recursos analíticos, contudo, pode retratar como fenômeno aquilo que anteriormente era uma entidade. Isso envolve o surgimento de novas entidades, com novas propriedades (p. 195) As entida-

des são, em princípio, ficções úteis empregadas pelas teorias e seus modelos-réplica (p. 203). Dutra parte dos objetos culturais como pertencentes a um nível fundamental, colocando-os numa posição oposta àquela que ocupam na hierarquia de Carnap no Aufbau. A partir deles, estabelece um segundo nível, que compreende os demais tipos de objetos, distribuídos num número indefinido de esferas autônomas, como os objetos físicos, os objetos químicos, os objetos biológicos, etc. Os objetos culturais pertencem ao nível fundamental porque qualquer objeto pode ser interpretado como forma de comportamento (p. 206). O motivo para a adoção dos objetos culturais como fundamentais está na preocupação de Dutra em conduzir as ciências humanas e naturais a uma unidade, sem deixar de propiciar um lugar adequado para as primeiras. Isso o leva a conceber o conjunto das ciências como ciências do homem, isto é, como ciências das diversas formas do comportamento humano. Esse ponto de partida inverte o da concepção tradicional (p. 209). Com base nele, vemos que os objetos culturais são formas de comportamento (p. 210). Desse modo, a noção de comportamento é primitiva, enquanto a noção física de movimento é derivada. Um movimento é uma forma não-intencional de comportamento – e isso revela que a noção de intencionalidade também é primitiva. Essa abordagem permite a Dutra inverter uma importante questão filosófica. Ao invés de tentar compreender a intencionalidade em um mundo dominado pelo determinismo físico, ele tenta compreender o determinismo físico em um mundo construído de maneira intencional (p. 211). E se os objetos culturais são formas de comportamento, então Dutra supõe que seja possível descrevê-los através de enunciados nomológicos genuínos e que haja modelos-réplica

para eles. Isso pressupõe que as ciências humanas sejam capazes de descrever o comportamento humano por meio de enunciados nomológicos e de construir modelos-réplica correspondentes (p. 214). Embora a abordagem de Dutra seja externalista, ela não o é a mesmo título que a de Skinner, porque as formas de comportamento são noções essencialmente intencionais e correspondem a objetos culturais. Através dela, Dutra pensa estar seguindo e explicitando uma sugestão apenas implícita em Rachlin (p. 227).

No cap. 7, *Espécies e Indivíduos*, Dutra discute como é possível reunir indivíduos em espécies, questão que constitui uma extensão dos assuntos estudados no capítulo anterior e que envolve o problema da individuação (p. 229-30). Falar em espécies leva a falar em indivíduos e vice-versa, pois a espécie nada mais é do que uma coleção de indivíduos (p. 233). Mas a espécie é um modelo-réplica e, nesse sentido, define um tipo ideal, um indivíduo-tipo, um universal (p. 234). Na proposta de Dutra, o critério quiniiano de compromisso ontológico não aponta necessariamente para a existência de indivíduos, podendo apontar para a existência de acontecimentos. Esses últimos ainda podem ser divididos em entidades e fenômenos. Dutra chama as entidades de acontecimentos de tipo 1 e os fenômenos, de acontecimentos de tipo 2. Isso lhe permite formular um critério de densidade ontológica, segundo o qual os acontecimentos de tipo 1 são ontologicamente mais densos do que os de tipo 2. Com efeito, podemos atribuir propriedades apenas aos acontecimentos de tipo 1 (p. 244). E pressupondo que a introdução de novas ferramentas analíticas possa reduzir um acontecimento de tipo 1 a um de tipo 2, vemos que o primeiro é ontologicamente mais denso do que o segundo, porque pode em princípio

envolver mais indivíduos (p. 244-5). O critério de densidade ontológica não substitui o de compromisso ontológico, apenas o complementa. E o problema da individuação fica resolvido através do critério de densidade ontológica, pois é com base na teoria e nas análises por ela permitidas que podemos identificar indivíduos de maneira adequada (p. 245).

Na terceira parte, formada pelo cap. 8, *Pragmática da Investigação*, Dutra apresenta uma teoria da investigação científica que procura aplicar os conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Essa teoria constitui a parte mais importante do livro (p. 18). Dutra se propõe a apresentar um modelo-réplica da atividade científica, de acordo com o qual ela constitui uma atividade de formular modelos-réplica (p. 261). Mas os modelos são estruturas parciais e não pretendem fazer uma caracterização exhaustiva daquilo que estão modelando. É nesse espírito que a teoria da atividade científica, proposta por Dutra, deve ser entendida (p. 262). Ele pretende realizar uma pragmática da investigação, que envolva uma classe de aspectos – mas não todos – da investigação ordinariamente apresentados pela prática científica, como teorias, modelos, experimentos, observações, etc. (p. 262-3). Uma investigação é sempre um procedimento realizado no interior de certas instituições que lhe conferem o contexto possível de ação (p. 279). A especificidade do modelo de Dutra está em que se dirige à relação entre investigação e instituição ou contexto social (p. 288). O que ele pretende é estabelecer uma relação entre as ações investigativas e os contextos de investigação, entendidos como as instituições que possibilitam a investigação, independentemente dos resultados obtidos. Nessa abordagem, uma atividade científica pode ser diferente de outras não em virtude do método investigativo,

mas das instituições e dos contextos em que ela se insere (p. 289). E as ações investigativas só fazem parte do repertório do cientista porque se dão em contextos sociais precisos (p. 290). Os modelos são abstrações construídas para explicar o comportamento dos cientistas em determinadas circunstâncias. Como entidades abstratas, os modelos são úteis para explicar a atividade científica (p. 294).

O livro de Luiz Dutra está muito bem escrito, numa linguagem sempre clara e conceitualmente precisa. Além disso, o autor revela um grande conhecimento da literatura relevante. Seu trabalho apresenta ligações com autores como Claude Bernard, Carnap, Neurath, Kuhn, Quine, Davidson, Dennett, Rachlin e van Fraassen, mas vai além deles, no sentido de construir uma proposta pessoal e original. O resultado é uma abordagem densa, bastante compreensiva e consistente da atividade de investigação científica. Trata-se de um trabalho que destoa dos usuais comentários exegéticos de autores estrangeiros, que caracterizam boa parte da produção filosófica brasileira.

A abordagem de Dutra se insere numa linha inspirada por aquilo que Rorty denomina, muito apropriadamente, behaviorismo epistemológico e que encontra suas raízes mais próximas em Quine e Sellars. Nessa perspectiva, a linguagem surge como um fenômeno público e noções pragmáticas – como contexto e intencionalidade – se tornam primitivas e passam a explicar as noções semânticas. Isso permite a original estipulação dos objetos culturais como primitivos, permitindo inferir os demais objetos a partir deles. Com isso, as dimensões mais importantes das atividades lingüística e científica passam a ser explicadas a partir da prática social, entendida como o conjunto de comportamentos envolvidos pela atividade estudada. No caso da linguagem,

isso permite explicar não só o extensional, mas também o intensional a partir das condutas dos falantes. No caso da psicologia, isso permite uma explicação externalista, que é simultaneamente não-mentalista e não-fisicalista. No caso da teoria científica, a abordagem de Dutra permite explicá-la como ligada à elaboração de um modelo-réplica, entendido como artifício metodológico para compreender e lidar com os fenômenos que constituem o objeto da teoria. O conceito de modelo-réplica parece estar ligado de alguma forma à noção de organização, que Maturana e Varela opõem à noção de estrutura. Para esses autores, todo sistema auto-organizado possui uma organização – abstrata – que se realiza – concretamente – em sua estrutura física. Seria interessante uma comparação entre as duas abordagens, para verificar as semelhanças e diferenças entre elas.

Devido à complexidade e extensão dos assuntos tratados por Dutra, teremos de nos limitar a discutir brevemente três aspectos de sua abordagem. Eles foram selecionados porque dizem respeito ao modelo de Dutra tomado como um todo. Em primeiro lugar, a diferença por ele estabelecida entre o modelo-réplica e o modelo matemático não está muito clara. A alegação de que o primeiro está associado a um ponto de vista e o segundo, não, parece-nos questionável. Para fazer uma mera lista dos objetos pertencentes ao universo de discurso e das relações entre eles, o modelo matemático já está assumindo um ponto de vista. E se a condição para desempenhar um papel heurístico na investigação depende de estar associado a um ponto de vista, então os modelos matemáticos também desempenham esse papel a mesmo título que os modelos-réplica. Em segundo lugar, Dutra nos parece excessivamente otimista, ao defender a pos-

sibilidade de formular leis em psicologia e ao alegar que usualmente não fazemos isso em virtude de pressupostos filosóficos. É verdade que existem programas de pesquisa nessa disciplina que permitem a formulação de enunciados nomológicos, como a lei de proporção por ele citada. Mas os contextos aos quais ela se ajusta nos domínios da psicologia nos parecem bem mais limitados do que os contextos aos quais se ajusta a lei de Boyle-Charles nos domínios da física. Afinal de contas, é difícil comparar a eficácia das variáveis presentes na lei de Boyle-Charles, como volume e pressão, com a das variáveis presentes na lei de proporção, como tempo gasto com um comportamento e reforço oferecido por esse comportamento. A formulação de leis em psicologia, no estilo da lei de proporção, parece estar restrita a um campo muito reduzido no domínio fenomênico estudado por essa disciplina. Em sua justificação da psicologia externalista, Dutra argumenta que podemos adotar termos mentalistas simplesmente por considerar que eles proporcionariam mais eficiência no processo de comunicação, sem assumir qualquer comprometimento ontológico com entidades mentais. Isso está certo em princípio, mas a adoção de um vocabulário mentalista pode ter a contrapartida de adotar uma postura incompatível com a construção de modelos-réplica e dos correspondentes enunciados nomológicos. Pode ser que a dificuldade de formular leis se deva aqui a problemas relativos à linguagem escolhida e não a pressupostos filosóficos. Esse é o argumento de Davidson para a rejeição de leis psicológicas e

psico-físicas, ao qual, a nosso entender, Dutra não parece ter oferecido uma resposta adequada em seu livro. Isso significa que a suposição de que as ciências humanas sejam capazes de descrever o comportamento humano por meio de enunciados nomológicos e de construir modelos-réplica correspondentes ainda precisa de mais discussão. Em terceiro lugar, o modelo da atividade científica, tal como exposto no Cap. 8, liga-a de maneira muito enfática às instituições em que ela ocorre. Ora, isso parece enfatizar a dimensão conservadora da pesquisa científica, ao estilo do conceito kuhniano de paradigma, deixando de levar em conta adequadamente a dimensão criadora dessa mesma atividade. Kuhn leva em conta essa segunda dimensão, ao explicar o caso de Einstein como o de um pesquisador que só teve condições de criar porque trabalhou fora da instituição acadêmica tradicional. O modelo de Dutra não parece levar em conta casos como esse, que mereceriam uma consideração mais detalhada. Essa discussão é apenas uma pálida ilustração da diversidade e riqueza de problemas interessantes suscitados pela abordagem de Dutra. Sua proposta certamente merece ser estudada mais a fundo, para que possa ser detalhada e testada adequadamente como modelo explicativo da investigação científica. Nessa perspectiva, a leitura do livro de Dutra é indispensável para os interessados na área.

Paulo Roberto Margutti